



Com lucro de R\$ 560 milhões, Copasa quer dar apenas 1,69% nos salários

A proposta da Copasa para o Acordo Coletivo 2018 foi curta e grossa. Apenas o INPC de 1,69% de reajuste nos salários e benefícios e garantir todos os direitos anteriores. Não apresentou qualquer resposta a nenhuma das outras reivindicações da pauta aprovada pela categoria.

A Comissão de Negociações dos sindicatos reiteceu a reivindicação de ganho real de 7%, dotação para movimentações e enquadramento do PCCS, aplicação da avaliação de desempenho, correção dos benefícios pelo dobro do INPC, fim das terceirizações, vale combustível, reposição de vagas abertas, revisão do plano de saúde para beneficiar aposentados e trabalhadores de baixos salários, revisão da gratificação para dirigir veículos e demais itens da pauta.

A resposta ridícula para os salários dos trabalhadores acontece depois que a Copasa apresentou um lucro de R\$ 560 milhões, decidiu ampliar de 25% para 50% a distribuição de seu lucro líquido para acionistas e até mais uma distribuição extra de R\$ 280 milhões, comprometendo a capacidade de investimento interno nas estruturas da empresa.

O SINDÁGUA rejeitou na mesa a proposta patronal e convoca todos os trabalhadores para assembleias em que a categoria deverá confirmar a rejeição e tirar posição de luta por um Acordo Coletivo justo.



COPASA NO CTI DA PRIVATIZAÇÃO

A Copasa volta ao CTI da caminhada para a privatização, com o Decreto 47.417, de 22 de maio/2018, assinado pelo governador Fernando Pimentel. O decreto autoriza a realização de projeto de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs), através de Parceria Público-Privada (PPP), para entregar a operação de sistemas de esgoto em todo o Estado.

Curiosamente, o projeto de terceirização da operação do sistema de esgotos foi de autoria do próprio diretor financeiro da empresa, que foi responsável ainda na

"Diretoria Sul" pelo cancelamento da PPP de Divinópolis, garantindo a operação mais eficiente e sem custos onerados nas mãos da Copasa.

A transferência de responsabilidade de serviços de saneamento do Estado para a iniciativa privada vem sendo historicamente condenada em vários países pela reversão de iniciativas que adotaram estes procedimentos e que colheram resultados desastrosos na qualidade dos serviços prestados e na evolução de custos operacionais que visam tão exclusivamente o lucro fácil.

O SINDÁGUA lutou arduamente contra a PPP do Rio Manso, sobretudo nos moldes adotados pela direção anterior da Copasa, que premiou uma empreiteira envolvida em escândalos de corrupção com um gasto declarado à época como equivocado e que precisou ser reparado pela atual gestão, com

aporte financeiro do próprio Estado, para obras complementares.

Mantemos a mesma postura contra qualquer processo de signifique entregar nossa responsabilidade pelo saneamento para iniciativa privada, por entendermos que o compromisso da universalização dos serviços só pode ser alcançada através de políticas públicas, que priorizem a necessidade de serviços de saúde da população e não os dividendos buscados por investidores e atravessadores de serviços.

Lamentamos profundamente o projeto encaminhado pela direção da empresa e acatado pelo governador através de seu decreto autorizativo e exigimos que tais medidas sejam precedidas por audiências públicas e discussão profunda com todos os municípios que concedem os serviços à Copasa e que podem não admitir a terceirização das responsabilidades assumidas.



TERCEIRIZAÇÃO COME A COPASA

Um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado há alguns anos entre a Copasa e o Ministério Público do Trabalho (MPT) não intimidou o escancaramento do processo de terceirização dentro da empresa. Ano a ano, a Copasa vem sucateando sua estrutura operacional interna, deixando trabalhadores próprios encostados e repassando serviços para empresas terceirizadas, que, muitas vezes, quarteirizam as atividades.

Para comparar apenas 2017 com o ano anterior, a Copasa saltou seu gasto com terceirizados de R\$ 375,76 milhões para R\$ 421,32 milhões. Estudos do Dieese demonstram que de 2013 a 2017 a despesa da empresa com pessoal cresceu abaixo das demais despesas e também abaixo do crescimento da Receita Operacional Líquida.

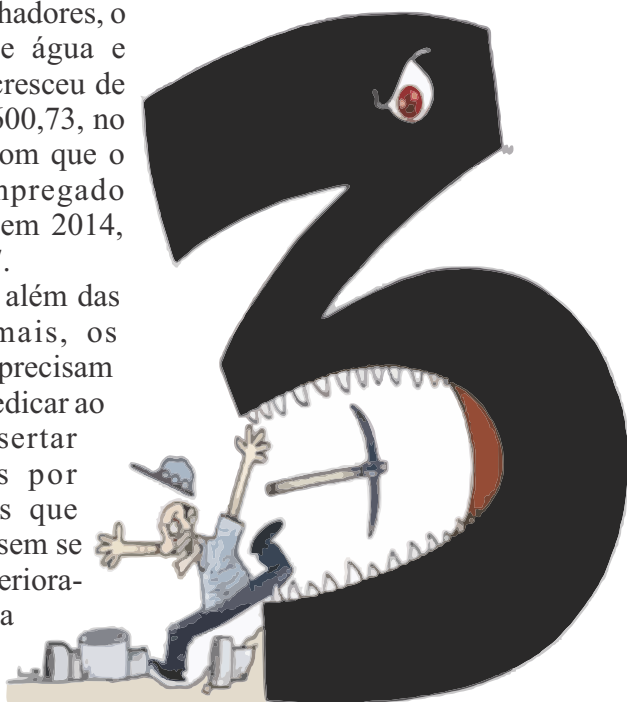
Além da prática usual e histórica de contratar terceiros, o caminho ficou ainda mais aberto com o grande volume de trabalhadores desligados através do PDVI e de aposentadorias, sem que as vagas

sejam repostas, como o Sindicato vem cobrando insistentemente. O número de trabalhadores caiu de 12.878, em 2014, para 11.701, em 2017. A empresa passou a desempenhar sua atividade com número limitado de trabalhadores, apesar do crescimento do número de ligações por empregado, o mesmo acontecendo na extensão das redes de água e esgoto. Para demonstrar a pressão sobre os trabalhadores, o número de ligações de água e esgoto por empregado cresceu de 510,25, em 2014, para 600,73, no ano passado, fazendo com que o lucro líquido por empregado saltasse de R\$ 24.704, em 2014, para R\$ 47.897, em 2017.

Deve-se destacar que, além das suas atividades normais, os trabalhadores primários precisam ainda regularmente se dedicar ao retrabalho, para consertar estragos provocados por empresas terceirizadas que buscam apenas o lucro, sem se preocuparem com a deterioração da imagem da Copasa. A situação da terceirização chega a tal

nível de escândalo, que atividades de controle para emitir ordens de serviço (OS) são desempenhadas por empresas terceirizadas.

Recentemente, um trabalhador da Copasa, responsável por atividade de fiscalização de obras, foi agredido por empregado de terceirizada, incomodado com eventual relatório de irregularidade.



ASSEMBLEIA GERAL

O Sindicato convoca a categoria para se posicionar sobre a proposta da empresa e deliberar sobre processo de luta pelo Acordo Coletivo 2018



18 a 22
DE JUNHO
EM TODO O ESTADO

Na sede do Sindágua dia 21 - quinta-feira, às 12h.